

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 176 – 07/12 à 11/12/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[MPT emite nota técnica com diretrizes de vigilância em saúde do trabalhador para evitar agravamento da pandemia](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/12/2020

Para prevenir novos casos e surtos de Covid-19 nos ambientes de trabalho, o Ministério Público do Trabalho publicou esta semana uma [nota técnica](#) com diretrizes a serem observadas por empregadores, empresas, entidades públicas e privadas que contratem trabalhadores e trabalhadoras. O documento traz medidas necessárias de vigilância em saúde do trabalhador, sanitárias e epidemiológicas, destinadas a evitar a expansão ou o agravamento da pandemia.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF veda bloqueio de verbas públicas para pagamento de valores em ações trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/12/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual encerrada na última sexta-feira (4), julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 485 e decidiu que verbas estaduais não podem ser objeto de bloqueio, penhora ou sequestro para pagamento de valores devidos em ações trabalhistas, ainda que as empresas envolvidas tenham créditos a receber da administração pública estadual.

[Relator homologa acordo sobre prazos para análises de benefícios do INSS](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/12/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou acordo entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que prevê prazos máximos para análises dos processos administrativos relacionados a todos os benefícios administrados pela autarquia e a avaliação social nos casos em que o benefício dependa da aferição da deficiência do segurado.

[Live promove reflexão sobre barreiras e preconceitos enfrentados pela pessoa com deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/12/2020

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do Tribunal Superior do Trabalho realizaram, nesta quinta-feira (10), a live “Inclua-se. É sobre fazer parte”, em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3/12. Com recursos de acessibilidade, como audiodescrição, tradução em libras e legendagem, a palestra foi conduzida por Lau Patrón, ativista, escritora e profissional da inclusão da pessoa com deficiência.

[Industriário não terá direito a adicional por transferência única de local de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/12/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu o recurso da Vulcabrás Azaleia, de Porto Alegre (RS), contra a condenação ao pagamento do adicional de transferência de 25%, incidente sobre o salário de um industriário. O colegiado entendeu que não houve caráter provisório na transferência, que se deu apenas uma vez. De acordo com a fabricante de calçados, ao longo do contrato de trabalho, houve apenas uma transferência, que durou mais de sete anos (de 2006 até 2013), o que demonstra a sua definitividade.

[Usina de açúcar é responsabilizada por agressões sofridas por administrador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/12/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a SJC Bioenergia Ltda. (Usina São Francisco), de Quirinópolis (GO), a indenizar um administrador de empresas agredido por um motorista de caminhão no pátio da usina de açúcar. Segundo o colegiado, o empregador é civilmente responsável pelos atos de seus empregados, serviços e prepostos, ainda que não haja culpa de sua parte.

[Falta de diversidade racial em guia de padronização visual de empregados é considerada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou que a falta de diversidade racial no guia de padronização visual da rede de laboratórios Fleury S.A., de São Paulo (SP), é uma forma de discriminação, ainda que indireta. Para a Turma, o guia, ao deixar de contemplar pessoas negras, tem efeito negativo sobre esses empregados e fere o princípio da igualdade.

[Empregado com deficiência mental não receberá indenização por ter ficado quatro anos em casa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um auxiliar de escritório com deficiência mental que, durante quatro anos, foi empregado da Colt Serviços Ltda., de Campinas (SP), sem ter de comparecer à empresa. Ele pretendia o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e o pagamento de indenização por dano moral, mas as instâncias ordinárias consideraram que ele fora conivente com a situação e não demonstrara a ocorrência de humilhação ou ofensa moral.

[Indústria é condenada por pagar bônus a empregados que não fizeram greve](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/12/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Pirelli Pneus Ltda., de Feira de Santana (BA), a indenizar um operador de máquinas que não recebeu uma bonificação concedida apenas a empregados que não aderiram a uma greve realizada em junho de 2016. Para a Turma, a conduta evidencia uma “sofisticada conduta antissindical”, com a intenção de frustrar a greve.

[Justiça comum deve julgar ação sobre previdência complementar mesmo que envolva tema trabalhista incidental](#)

Superior Tribunal de Justiça - 11/12/2020

Com base em precedente vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que a Justiça comum tem competência para o julgamento de qualquer ação em que os pedidos digam respeito a benefícios de previdência complementar, ainda que envolva questão incidental de direito do trabalho.

[STJ admite tempo especial para vigilante após normas de 1995 e 1997, mas exige prova da periculosidade](#)

Superior Tribunal de Justiça - 10/12/2020

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.031), admitiu “o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, com ou sem o uso de arma de fogo, em data posterior à Lei 9.032/1995 e ao Decreto 2.172/1997, desde que haja a comprovação da efetiva nocividade da atividade, por qualquer meio de prova, até 5 de março de 1997, momento em que se passa a exigir apresentação de laudo técnico ou elemento material equivalente para comprovar a permanente, não ocasional nem intermitente, exposição à atividade nociva, que coloque em risco a integridade física do segurado”.



Notícias do Executivo

[Paulo Guedes destaca a volta do emprego e reitera a importância das reformas para o crescimento sustentável da economia](#)

Ministério da Economia - 11/12/2020

O impacto das medidas governamentais de enfrentamento da pandemia de Covid-19 atingiu R\$ 599,5 bilhões, sendo R\$ 353,8 destinados a salvar vidas (vulneráveis e saúde), R\$ 140,2 bilhões à preservação de empregos (empresas e trabalhadores) e R\$ 105,5 dedicados aos entes subnacionais. As informações foram fornecidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, durante sua participação na última Audiência Pública Bimestral do ano, da Comissão Mista do Congresso que acompanha as ações do governo federal para enfrentar a pandemia de Covid-19. O ministro destacou a recuperação do emprego no país. “Preservamos 11 milhões de empregos, praticamente um terço do total de empregos formais do país. Vamos chegar ao fim do ano perdendo zero empregos formais”, enfatizou.

[Conselho finaliza ano com balanço sobre reabertura das agências](#)

Ministério da Economia - 10/12/2020

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) fez a última reunião do ano, nesta quinta-feira (10), apresentando balanço sobre a reabertura das agências e sobre realização da perícia médica nas unidades do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Atualmente, 1.062 agências estão abertas para realização de serviços em todo o país. Desse total, 471 estão com atendimento pericial e contam com 1.548 peritos médicos federais, realizando cerca de 14 mil perícias diárias.

[Receita Federal edita novas regras para monitoramento de grandes contribuintes](#)

Ministério da Economia - 10/12/2020

De acordo com o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com-

pete à Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac) gerenciar as atividades relativas ao monitoramento dos maiores contribuintes, à promoção da conformidade tributária e aos estudos e análises de setores econômicos. Hoje, com a [Portaria RFB nº 4.888/2020](#), publicada nesta quinta-feira, 10/12, estas atividades são novamente regulamentadas. A norma substitui a regulamentação anterior, disposta na Portaria RFB nº 641, de 15 de maio de 2015.

[Prazo para adesão aos acordos de transação termina no dia 29](#)

Ministério da Economia - 09/12/2020

Termina no próximo dia 29/12 – menos de três semanas – o prazo para que os contribuintes inscritos na dívida ativa da União possam aderir aos quatro tipos de acordos de transação disponibilizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por conta da crise econômica causada pela pandemia da Covid-19. Os devedores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, podem acessar o [portal Regularize](#), da PGFN, para simular a melhor alternativa de acordo de transação antes de realizar a adesão.

[Receita estabelece novo cronograma de obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital](#)

Ministério da Economia - 08/12/2020

A Receita Federal publicou na segunda-feira (7/12) a [Instrução Normativa nº 1.996/2020](#), que atualiza o cronograma de implantação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), alterando as datas em que contribuintes passam a ser obrigados à entrega da escrituração. Com a recente simplificação das informações que são prestadas no eSocial, foi necessária também a realização de ajustes no formato (leiaute) e informações que são prestadas pela EFD-Reinf.

[Fundacentro abre mais um edital de seleção para pesquisadores visitantes](#)

Fundacentro - 09/12/2020

Em mais uma etapa, a Fundacentro oferece 3 (três) bolsas para mestres e doutores atuarem como pesquisadores visitantes no Programa de Bolsas Integração, Desenvolvimento e Inovação em Pesquisa Aplicada (IDEIA). A carga horária a ser cumprida é de 40 horas semanais e o valor da bolsa a ser paga mensalmente é de R\$ 4.000,00 para mestres e R\$ 6.000,00 para doutores. Os detalhes estão no Edital nº 5/2020. Os projetos para atuação contemplam avaliação da eficácia de protetores auditivos no controle de agravos à saúde dos trabalhadores, considerando-se diferentes níveis de pressão sonora; e aspectos ocupacionais do trabalho dos aeronautas civis.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT pede ratificação da Convenção 190 da OIT para combater o assédio e a violência no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/12/2020

Para marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nesta quinta-feira, 10 de dezembro, um [manifesto](#) pela paz no trabalho. O documento pede a ratificação da Convenção 190 e da Recomendação 206 da Organização Internacional do Trabalho, que traçam diretrizes para o enfrentamento da violência e do assédio no ambiente de trabalho.

[Sesap emite novas orientações de vigilância epidemiológica para prevenção da Covid-19 em ambientes de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/12/2020

Em [nota técnica](#) expedida na última sexta-feira (4), a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) do Rio Grande do Norte emitiu orientações para a prevenção, controle e diminuição dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho. Além dos protocolos básicos de prevenção da doença, como a redução de aglomerações, a higienização correta e frequente das mãos e a distribuição da força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho, a nota destaca medidas de vigilância epidemiológica.

[Reconecta: MPT e entidades consolidam carta com propostas para inclusão de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/12/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT), juntamente com entidades, movimentos sociais e outras instituições públicas, promoveu, ao longo dos dias 3, 4 e 5 de dezembro, um amplo debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas diversas áreas do mundo social.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Covid-19: SINAIT solicita audiência com subsecretário de Inspeção para tratar de retorno ao trabalho presencial](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/12/2020

O SINAIT protocolou na manhã desta quinta-feira, 10 de dezembro, a [Carta nº 147](#), em que solicita audiência com o subsecretário de Inspeção do Trabalho Rômulo Machado, para tratar do retorno presencial dos Auditores-Fiscais do Trabalho nas Superintendências Regionais do Trabalho – SRTs, previsto para janeiro de 2021.

[Diretor do SINAIT vai servir como especialista da OIT no Brasil em segurança e saúde ocupacional](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/12/2020

Foi publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro a autorização para que o Auditor-Fiscal do Trabalho Renato Bignami, diretor do SINAIT, se afaste do cargo para servir à Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil. Ele será Especialista em Segurança e Saúde Ocupacional no Escritório Regional da Organização, inicialmente pelo período de um ano. Além de se afastar das atividades de fiscalização, ele também terá que se desligar do cargo de diretor do Sindicato pelo tempo em que permanecer a serviço da OIT.

Outras Notícias

[Em liminar, TST mantém validade de norma coletiva que reduziu tempo de almoço](#)

Consultor Jurídico - 07/12/2020

Configura probabilidade de direito, para efeitos de concessão de tutela provisória, o fato de o ministro Gilmar Mendes já ter reconhecido a validade de negociação coletiva que implique redução de direitos trabalhistas. A manifestação do ministro se deu ao apreciar um agravo a recurso extraordinário, cujo julgamento está suspenso. Com esse entendimento, a ministra Delaíde Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho, deferiu tutela provisória de urgência, em sede de ação rescisória, para suspender execuções baseadas em acórdão de tribunal regional que reconheceu a invalidade da cláusula de acordo coletivo que reduziu o intervalo intrajornada.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 890, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 07/12/2020 Seção I Pág. 31) - Estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.996, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 07/12/2020 Seção I Pág. 42) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, que institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 110, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 07/12/2020 Seção I Pág. 44) - Altera a Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015;

[PORTARIA SEPRT Nº 24.782, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 09/12/2020 Seção I Pág. 231) - Estabelece, para o mês de dezembro de 2020, os fatores de atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de dezembro de 2020, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,009500;

[PORTARIA SEPEC/ME Nº 24.471, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 09/12/2020 Seção I Pág. 237) - Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância até 30 de junho de 2021;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.997, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 09/12/2020 Seção I Pág. 237) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das con-

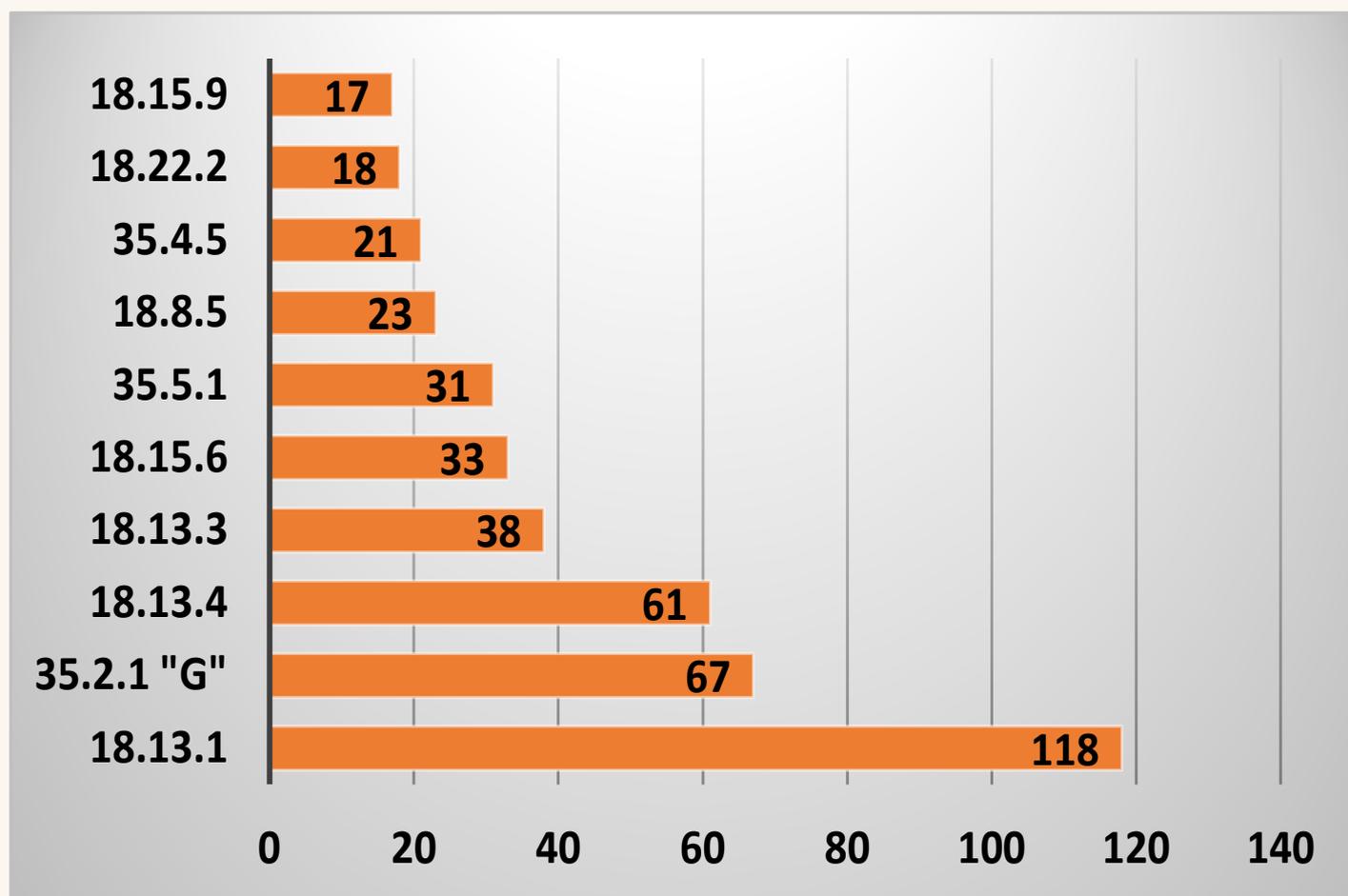
tribuições sociais destinadas à Previdência Social e das destinadas a outras entidades e fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 14 de fevereiro de 2013, que estabelece normas relativas à Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS), de que trata a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

[PORTARIA RFB Nº 4.888, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 10/12/2020 Seção I Pág. 92) - Dispõe sobre o monitoramento dos maiores contribuintes;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/out):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 – Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.13.3 Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR)

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.9 O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula